



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA N.º 3/2013**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,  
REALIZADA NO DIA 28 DE JUNHO  
DE 2013: -----**

----- Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, nesta Vila de Mira, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelo Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário, e pela D.<sup>a</sup> Sara Raquel dos Santos Fresco, 2.<sup>a</sup> Secretária. -----

----- Estiveram, igualmente, presentes os Membros da Assembleia Ex.<sup>mos</sup> Srs. Prof. Manuel José Sousa Santos Frade, João Luís dos Santos Marques de Pinho (em substituição do Eng.º Carlos Monteiro), Enf.<sup>a</sup> Maria Leonor C. Reigota T. Borralho, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Dr. Paulo Jorge dos Santos Grego, Dr. José Carlos Baptista Garrucho, Sr. Narciso Patrão António, Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Oliveira, Dr.<sup>a</sup> Vera Lúcia de Jesus Manco, Sr. Pedro Nunes, Sr. Carlos Jorge Santos Nora, Sr. Ricardo Jorge Mendes da Costa, Dr.<sup>a</sup> Zélia Domingues Morais, Dr. José Manuel Fernandes Balugas, Prof.<sup>a</sup> Maria Fernanda da Costa Baptista, Sr. João Maria Nogueira, Sr. Pedro Jorge Morais Laranjeiro, Sr. António Cardoso Alberto, Sr. Carlos Alberto dos Santos Milheirão e Sr. Gabriel Miranda Pinho. -----

----- Registaram-se as seguintes faltas: Eng.º Carlos Manuel Brites Monteiro, Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Barreto Dias e Sr. Albano Manuel da Rocha Lourenço. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram quinze horas e trinta minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido verificadas as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

----- O **Presidente da Mesa da Assembleia** iniciou a sessão com a marcação da sessão ordinária de setembro. Tendo sido colocado à consideração dos restantes Membros da Assembleia, foi definido o dia 13 de setembro de 2013, com horário a indicar. -----

----- **Calisto Coquim (PS)** justificou a falta do Sr. Albano Lourenço, Presidente da Junta do Seixo, informando que este lhe tinha enviado um email a comunicar que estava hospitalizado. -----

----- O **Presidente da Mesa da Assembleia** propôs a realização de uma Assembleia extraordinária para debater o futuro do concelho. -----

----- Explicou que considerava o período próximo das eleições propício à reflexão sobre esse tema, sugerindo que a mesma se fizesse na Casa do Povo de Mira, aberta ao público, se a legislação o permitisse. -----

----- Continuou, informando os presentes de uma proposta, no mesmo sentido, apresentada por Juan Apolinário, solicitando a realização de 2 sessões extraordinárias, uma sobre a Praia de Mira e outra sobre o estado do concelho. -----

----- **Juan Apolinário (PSD)** começou por referir que a realização das sessões extraordinárias era já um anseio antigo, referindo que o assunto já tinha sido abordado anteriormente. Considerou, no entanto, que o calendário político poderia não ser o mais favorável à discussão isenta das questões. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Mais referiu que o facto de já ter começado a época balnear impossibilitaria a participação de alguns munícipes, por força das suas atividades profissionais.-----

----- **José Garrucho (MAR)** concordou que a realização das sessões temáticas, não vendo inconvenientes quanto ao facto do período eleitoral estar próximo.-----

----- Mais entendeu que poderia haver uma conciliação entre as duas propostas apresentadas, em apenas uma reunião, com dois momentos distintos.-----

----- **Paulo Grego (PS)** anuiu considerando que, quanto ao tema, fosse o mais abrangente para o concelho.-----

----- **José Balugas (MAR)** reforçou o interesse na realização da referida sessão e sublinhou o facto de se estar em período de pré-campanha eleitoral, sendo eventualmente uma forma das pessoas se vincularem às propostas que apresentassem.---

----- **Juan Apolinário (PSD)** esclareceu que tinha apresentado a proposta a título pessoal, não em nome do PSD.-----

----- Reportou-se ainda ao Regimento da Assembleia Municipal, quanto às limitações de tempo das intervenções e quanto à possibilidade de participação do público.-----

----- **Calisto Coquim (PS)** esclareceu que, à luz do art.º 23.º do Regimento da Assembleia Municipal, naquelas sessões poderiam ser convidadas a participar individualidades cuja presença se considerasse útil pelo seu conhecimento dos temas em debate.-----

----- O **Presidente da Mesa da Assembleia** esclareceu que, naquele caso, não haveria direito de réplica.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **José Frade (PSD)** lembrou a possibilidade da própria assembleia abrir um fórum de discussão onde os munícipes pudessem intervir, com moderação da mesa. -----

----- O **Presidente da Mesa da Assembleia** sugeriu que a sessão pudesse ser dividida em duas partes, uma delas informal, que não funcionaria como assembleia, com participação do público, e outra parte formal, ou vice-versa. -----

----- **José Garrucho (MAR)** sugeriu que a primeira parte fosse a da interação com o público, ouvindo primeiro os cidadãos e interagindo com eles e depois, na segunda parte, tomando decisões.-----

----- **Juan Apolinário (PSD)** reportando-se novamente ao referido art.º 23.º constatou que, em debates específicos, a Câmara Municipal teria 30 minutos para apresentar o tema, enquanto num debate alargado sobre o estado do concelho, a Câmara teria uma hora. -----

----- **Carlos Milheirão, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira,** questionou o momento em que seria realizada a sessão temática, nomeadamente quanto ao calendário político. Mais referiu que, sendo as sessões da assembleia públicas e a sua realização publicitada em edital, quase não havia participação dos munícipes.-----

----- Face ao exposto, o **Presidente da Mesa da Assembleia** propôs a realização da sessão temática com intervalo, em que a mesma seria suspensa, sendo os trabalhos retomados posteriormente. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Paulo Grego (PS)** referiu que o facto de se abrir um período ao público em que não houvesse um Regimento que o regulasse, seria colocar o Executivo e a Mesa da Assembleia numa situação potencialmente delicada. -----

----- Mais argumentou que, por um lado tinha algumas dúvidas em relação à participação do público, por outro, se a participação fosse muito grande também não sabia como se podia gerir a situação, por não existirem regras definidas para aquele caso. -----

----- Terminou considerando que a forma mais exequível de, ainda assim, realizar a sessão extraordinária, seria nos mesmos moldes de uma qualquer outra sessão da Assembleia. -----

----- **José Balugas (MAR)** anuiu com a intervenção anterior, considerando que os munícipes tinham aspirações e ideias, que gostariam de expor. Mais referiu que a proposta apresentada pelo Presidente da Mesa da Assembleia se assemelhava a um Fórum ou Colóquio. -----

----- Terminou considerando que a sessão temática seria sempre uma sessão extraordinária, de acordo com o Regimento, com participação do público. -----

----- **José Frade (PSD)** lembrou que só interrompendo a sessão, seria possível a intervenção do público. -----

----- **João Luís Pinho (PS)** concordou com as propostas de Juan Apolinário e do Presidente da Mesa da Assembleia e considerou que o problema seria operacionalizar as propostas apresentadas. Por um lado, não seria possível a intervenção do público numa



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sessão extraordinária, por outro lado, a partir do momento em que houvesse suspensão da sessão, podia haver um fórum temático com participação do público. -----

----- **Fernanda Baptista (PS)** anuiu com as intervenções anteriores, no entanto questionou os Membros da Assembleia quanto à necessidade e urgência em fazer a referida sessão extraordinária, em final de mandato. Considerou que apesar de positivo, o debate faria sentido no início de mandato, até para nortear os rumos a seguir, não naquele momento de fim de mandato. -----

----- O **Presidente da Mesa da Assembleia** interveio afirmando que se tratava de uma preparação para o próximo mandato, independentemente de quem fosse continuar, servindo para, de alguma forma, influenciar os Membros da Assembleia vindouros. Mais acrescentou que, depois de eleitos os Membros da Assembleia teriam já um programa que deveriam cumprir. Por isso aquele seria o momento certo para dar contributos.-----

----- **Carlos Milheirão, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira,** reiterou a posição apresentada anteriormente frisando que não seria aquele o momento mais oportuno para fazer uma sessão temática, considerando que, a fazer-se, seria colocar o Executivo numa posição potencialmente delicada. -----

----- **José Frade (PSD)**, em resposta a Fernanda Baptista, mencionou o Regimento da Assembleia, nomeadamente quanto à realização de sessões temáticas ou extraordinárias semestrais.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Narciso Patrão (PS)** referiu que a intervenção não regulada do público poderia causar mais distúrbios do que resultados positivos. -----

----- O **Presidente da Mesa da Assembleia**, ponderando todas as intervenções, colocou à votação a realização de uma sessão temática, extraordinária, tendo a proposta sido **aprovada por maioria**, com 1 voto contra e 6 abstenções do PS e restantes votos a favor.-----

----- O **Presidente da Mesa da Assembleia** continuou, colocando à votação a realização da sessão com suspensão dos trabalhos para intervenção do público, tendo a proposta sido **aprovada por maioria**, com 15 votos a favor, 4 contra e 4 abstenções.----

----- Auscultados os Membros da Assembleia ficou agendada a reunião para dia 26 de julho, na Casa do Povo de Mira. -----

----- O **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao Período Antes da Ordem do Dia, solicitando a autorização da Assembleia Municipal para acrescentar um ponto à ordem de trabalhos, ao abrigo do art.º 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, designadamente a **Discussão e votação da proposta de fixação, nos termos do disposto no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e Lei das Finanças Locais, da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Participação em IRS, para o ano de 2014.** -----

----- **José Frade (PSD)** manifestou a sua abertura para a alteração proposta. No entanto, esperava que o Executivo tivesse justificado a necessidade da introdução do referido ponto. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A proposta foi **aprovada por unanimidade**, passando a ordem de trabalhos a ser a seguinte: -----

----- **PONTO UM:** Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;-----

----- **PONTO DOIS:** Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à aprovação da segunda alteração ao Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Venda ao Público e de Prestação de serviços – art.º 53.º n.º 2, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação. -----

----- **PONTO TRÊS:** Autorização, nos termos do n.º 3, do art.º 66.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, para prosseguir procedimentos concursais de recrutamento excecional de trabalhadores iniciados em 2012. -----

----- **PONTO QUATRO:** Autorização, nos termos do art.º 59.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, para manutenção de contratos a termo resolutivo. -----

----- **PONTO CINCO:** Discussão e votação da proposta de fixação, nos termos do disposto no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e Lei das Finanças Locais, da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Participação em IRS, para o ano de 2014. -----





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Dando seguimento à reunião, o **Presidente da Mesa da Assembleia** comunicou a necessidade de constituição de uma bolsa de agentes eleitorais, passando depois à apresentação das atas para apreciação, nomeadamente as atas de 28 de dezembro de 2012, 28 de fevereiro e 29 de abril de 2013. Continuou explicando ter sido seguida uma recomendação dos Membros da Assembleia no sentido de ser feita uma ata mais sintética. -----

----- De seguida passou-se à apreciação da ata de 28 de dezembro de 2012.-----

----- **Ricardo Costa (PSD)** reportando-se à página 16, numa intervenção sua a respeito do Parque Infantil do Jardim de Infância do Casal de S. Tomé mencionou, onde constava que o próprio teria transmitido ao Vereador Miguel Grego preocupações relativamente àquele equipamento, juntamente com a Presidente da Comissão de Pais, corrigiu que teria sido apenas a Presidente da Comissão de Pais. -----

----- Continuou referindo-se à mesma página, no parágrafo relativo ao ecoponto instalado no Casal de S. Tomé, corrigiu que a questão que apresentou se restringiu apenas a Carromeu, nomeadamente se um ecoponto na extremidade da localidade de Carromeu seria uma boa distribuição.-----

----- Terminou indicando outra correção na página 22, também em relação a uma intervenção sua, esclarecendo que não se referiu ao Deputado da Assembleia da República, Sr. Carlos Marques, mas sim ao Sr. Duarte Marques. Mais corrigiu, no parágrafo seguinte da mesma página, onde se recordava de ter referido a existência de um entendimento no sentido de dos requerimentos serem apresentados por escrito mas



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

serem tratados os assuntos considerados pertinentes na própria reunião, uma vez que o tempo para responder aos requerimentos seria limitado. -----

----- A ata de 28 de dezembro de 2012 foi colocada à aprovação, com as correções propostas por Ricardo Costa, tendo sido **aprovada por maioria** com 2 abstenções, uma do PSD, de Juan Apolinário, e outra do PS, de João Luís Pinho. -----

----- **Declarações de voto:** -----

----- **Juan Apolinário (PSD)** e **João Luís Pinho (PS)** justificaram o seu voto por não terem estado presentes. -----

----- O **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou à apreciação a ata da reunião de 28 de fevereiro de 2013. -----

----- **José Frade (PSD)** lembrou que foi dado aval para ser redigida uma ata sintética, no entanto deveria constar algo sobre as intervenções. Neste sentido, reportando-se à página 9, numa intervenção do próprio, em que se lê que o mesmo se teria reportado ao voto de qualidade, sem acrescentar o sentido da sua intervenção, esclareceu que gostaria de ver a intervenção mais bem explicada ou ver referência à existência, em anexo, da gravação da respetiva reunião. -----

----- Neste sentido, o **Presidente da Mesa da Assembleia** sugeriu que, eventualmente, no início da ata constasse a menção à existência em anexo da gravação da respetiva reunião. -----

----- Mais informou que, de acordo com a legislação em vigor, qualquer cidadão teria acesso aos documentos administrativos, desde que o requisitasse. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou à votação a ata da reunião de 28 de fevereiro de 2013, tendo sido **aprovada por maioria**, com 4 abstenções do PS, de Fernanda Baptista, João Luís Pinho, Zélia Morais e Sara Fresco, por não terem estado presentes.-----

----- Prosseguiu a reunião com a apreciação da Ata de 29 de abril de 2013.-----

----- **José Frade (PSD)** observou que na ata em apreciação se verificavam situações semelhantes à anterior, onde não estariam devidamente expressas algumas intervenções, pelo que também aí deveria constar a menção à gravação em anexo.-----

----- O **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a ata de 29 de abril de 2013 à aprovação, tendo sido **aprovada por maioria**, com uma abstenção do PS, de João Luís Pinho, por não ter estado presente.-----

----- O **Presidente da Mesa da Assembleia** apresentou um louvor ao esforço dos funcionários pela elaboração das atas e agradeceu ao Executivo por ter mobilizado os funcionários para a realização da tarefa, com sacrifício de outras áreas de trabalho. Mencionou ainda o novo formato em que as atas eram feitas, de forma muito mais sintética, agradecendo também a compreensão das bancadas que tinham aceitado o novo formato.-----

----- **José Garrucho (MAR)** subscreveu a intervenção anterior.-----

----- **“Período Antes da Ordem do Dia”** -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **José Garrucho (MAR)** informou os presentes que se encontrava a decorrer uma recolha de assinaturas do grupo MAR para as eleições autárquicas, desafiando os presentes a darem o seu contributo para a promoção da democracia. -----

----- Reportando-se à reunião da Assembleia Municipal anterior, mencionou uma alteração feita ao orçamento da Câmara Municipal para agilizar a intervenção no bloco B da Escola Básica de Mira. Mais comentou que as obras ainda não tinham começado e o bloco continuava a degradar-se, questionando a razão daquele atraso. -----

----- Terminou solicitando esclarecimentos quanto ao pagamento do subsídio de férias aos funcionários da autarquia -----

----- O **Presidente da Mesa da Assembleia** sugeriu que a assinatura dos documentos da candidatura do MAR às eleições decorresse durante o intervalo da reunião. -----

----- **Juan Apolinário (PSD)** começou por referir o sucesso das marchas populares, com a divulgação do concelho dentro e fora deste.-----

----- Congratulou-se com a Bandeira Azul, pese embora gostasse que a cerimónia tivesse sido feita ao sábado, para que pudesse ter maior participação da população. Lembrou, no entanto, que aquela distinção acarretava uma maior responsabilidade quanto à qualidade e à limpeza dos espaços. Nesse sentido referiu alguns problemas de limpeza de esgotos.-----

----- Solicitando esclarecimentos quanto ao processo da Videira Norte. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Carlos Milheirão, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira**, referiu a visita do Dr. Poiares Maduro ao concelho de Mira, solicitando esclarecimentos quanto ao caráter da mesma. -----

----- **Juan Apolinário (PSD)** enalteceu a candidatura ao PROMAR do equipamento de limpeza do areal.-----

----- O **Presidente da Câmara Municipal** anuiu com Juan Apolinário em relação ao sucesso das marchas populares, enaltecendo o esforço feito por todos os envolvidos.-----

----- Quanto à questão da Bandeira Azul, afirmou que a data não era marcada pelo Executivo e agradeceu a todos aqueles que tinham estado envolvidos na sua manutenção, que era caso único e motivo de orgulho para todos os Mirenses. -----

----- Em relação aos problemas de limpeza de esgotos, disse que se tratava de uma limpeza de coletores.-----

----- Quanto à questão da Videira Norte, explicou que continuava em Tribunal, não havendo nada de novo a acrescentar.-----

----- No que toca às questões do PROMAR, e das obras no bloco B da Escola Básica de Mira, remeteu as explicações para o Vereador Miguel Grego. -----

----- Quanto ao subsídio de férias, referiu que o mesmo seria pago a todos os trabalhadores no mês de julho de 2013, se tal fosse legalmente possível. -----

----- Em relação à visita de Poiares Maduro, considerou que deveria ter sido tratada de outra forma. No entanto, esclareceu terem sido feitos todos os esforços para que o protocolo fosse seguido, não tendo tido acolhimento nesse sentido por parte do Gabinete



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do Ministro. Mais esclareceu que aquele gabinete tinha considerado a visita a Mira como não oficial, apesar dos esforços do Executivo naquele sentido. -----

----- O **Vereador Miguel Grego** iniciou a sua intervenção reportando-se à questão da Videira Norte, referindo ter havido novamente mudança de advogado por parte dos opositores à Câmara. -----

----- No que respeita à Escola Básica de Mira, mencionou a continuação do problema, apesar dos procedimentos terem sido cumpridos, esclarecendo que continuava a aguardar um parecer para que o processo pudesse prosseguir. -----

----- **José Balugas (MAR)** começou pela questão da Videira Norte, elogiando o comentário do Presidente da Câmara, discordando veementemente com a intervenção do Vereador Miguel Grego, em relação ao mesmo assunto. -----

----- Continuou felicitando a realização das Marchas, salientando a qualidade do trabalho realizado. -----

----- Congratulou ainda a Câmara com o trabalho de limpeza do areal na Praia de Mira, o que a valorizava e lhe dava dignidade enquanto praia com Bandeira Azul. -----

----- **Juan Apolinário (PSD)** reiterou a sua questão em relação à Videira Norte. -----

----- **José Frade (PSD)** iniciou a sua intervenção com referência à visita de Poiães Maduro, uma vez que tinha integrado o grupo de apoio à referida visita. Sublinhou que a mesma não tinha sido oficial, apesar da dificuldade em dissociar o cidadão do cargo que exercia. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **João Nogueira (PS)** ainda sobre a Bandeira Azul, mencionou as cerimónias que tinham decorrido nas duas praias do concelho, reportando-se à situação como um motivo de orgulho e de grande responsabilidade. Lembrou ainda a limpeza do areal, questionando o Executivo quanto à propriedade da máquina que efetuava a limpeza.-----

----- O **Presidente da Câmara**, em relação à Videira Norte, afirmou nada ter a acrescentar.-----

----- Quanto ao areal referiu a limpeza assegurada pela Câmara Municipal e com apoio da Junta de Freguesia e congratulando-se com a intervenção de João Nogueira, em relação à Bandeira Azul, mencionando a sua importância e o trabalho que a sua manutenção requer.-----

----- Reportando-se à visita do Sr. Ministro Poiares Maduro, esclareceu que a visita tinha sido feita com recurso a segurança do Estado e policiamento, envolvendo meios oficiais, pelo que a situação deveria ter sido devidamente conduzida pelos seus intervenientes. -----

----- Terminou rejeitando, uma vez mais, qualquer responsabilidade na falha de protocolo ocorrida. -----

----- O **Vereador Miguel Grego** começando pela questão da Videira Norte, comentou a mudança de advogado daquele grupo de cidadãos.-----

----- Quanto à visita de Poiares Maduro, mencionou que o Gabinete do Ministro tinha respondido ao Presidente da Câmara de Mira através de uma coluna do Diário de Coimbra, o que condenou veementemente. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Continuou, reportando-se à candidatura ao PROMAR, num montante de 200.000€ financiado a 75%, compreendendo, entre outros, a aquisição de uma máquina e de um trator, de contentores e a remodelação à volta da Lota. Aquela última não tinha sido ainda concluída uma vez que não tinha havido entendimento entre, por um lado o Executivo, a Junta de Freguesia e os próprios pescadores e, por outro lado, a APA. -----

----- Continuou a sua intervenção referindo que tinham sido gastos cerca de 20.000€ no nivelamento de areias. -----

----- Mais informou que também se encontrava em curso uma obra na zona da extensão de saúde da Praia de Mira, onde estava a ser feita uma remodelação das zonas de bombagem. -----

----- Em relação ao não pagamento do subsídio de férias, esclareceu que não se tratava de uma questão de falta de cabimento orçamental ou de dinheiro. -----

----- **José Balugas (MAR)** reportando-se à questão da Videira Norte, esclareceu que as mudanças de advogado se ficaram a dever à idade avançada do primeiro advogado e a graves questões de saúde, do segundo, pelo que rejeitou com veemência a responsabilidade nos atrasos do processo. -----

----- Continuou, reportando-se a uma proposta de entendimento feita pela Comissão de Baldios à Câmara Municipal, que resumiu em 3 pontos: primeiro, passaria pela entrega dos terrenos da Videira Norte à Câmara; segundo, pela retirada do processo em tribunal; terceiro, pelo reconhecimento da Câmara da titularidade dos terrenos. -----





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Recordou que o processo já tinha chegado ao Supremo Tribunal e tinha voltado à estaca zero, tendo o respetivo juiz questionado a possibilidade de acordo. Acrescentou que naquela altura tinha sido dado à Câmara um mês para se pronunciar, não tendo havido resposta atempada por parte daquela instituição, que solicitou posteriormente dois alargamentos sucessivos do prazo.-----

----- **Pedro Nunes (PSD)** congratulou-se com o hastear da Bandeira Azul nas duas praias e sugeriu um melhor agendamento para que pudesse haver maior disponibilidade e participação dos cidadãos. Naquele sentido lembrou ainda o trabalho feito naquele âmbito e a necessidade de o dar a conhecer. -----

----- **Gabriel Pinho, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos,** iniciou a sua intervenção dando os parabéns à Câmara Municipal, reforçando, no entanto, a falta de 3 das 4 bandeiras das Juntas de Freguesia, juntamente com a Bandeira Azul. Questionou ainda o Executivo quanto ao início dos trabalhos na Escola. -----

----- **António Alberto, Presidente da Junta de Freguesia de Mira,** mencionou a reparação da estrada do Areal, e da estrada do Salgueiro, em Carromeu, o que agradeceu ao Executivo. Lembrou, no entanto, a existência de outras com igual necessidade de reparação.-----

----- **João Luís Pinho (PS)** lembrou o galardão “Praia de Ouro” atribuído pela QUERCUS à Praia de Mira. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Alertou para a necessidade de intervenção na ponte da estrada que liga o Largo da Feira de Portomar à Praia de Mira e na ponte da Vala da Cana, na Lagoa de Mira, onde faltavam proteções.-----

----- Continuou a sua intervenção mencionando o art.º 92 da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e o regime de proteção e valorização do Património Cultural, referindo-se à tradição dos Caretos da Lagoa. Naquele sentido, solicitou aos presentes, quer à Assembleia Municipal, quer ao Executivo, o apoio para a continuidade daquela tradição, reclamando o reconhecimento daquele património cultural como Património Imaterial de Interesse Municipal. -----

----- Prosseguiu referindo a presença do grupo na Rede Ibérica da Máscara, na Academia Ibérica da Máscara, no Museu Antropológico de Vancouver e em diversos desfiles em Espanha e em Lisboa. -----

----- Face aos argumentos apresentados, solicitou a elaboração de um documento que desse ao grupo uma distinção formal que pudesse servir de base para o reconhecimento de interesse regional e, posteriormente, nacional. -----

----- O **Presidente da Mesa da Assembleia** garantiu interesse em atender à solicitação de João Luís Pinho, sublinhando a importância cultural, etnográfica e também nacional de projeção daquela tradição e daquela prática cultural. -----

----- **Paulo Grego (PS)** solicitou esclarecimentos em relação à candidatura da Câmara Municipal ao SAMA e ao Campo de Tiro. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Reportando-se a uma reunião passada com associações do concelho, onde tinha sido mencionada a candidatura de empresas e entidades de Mira ao PRODER da AD ELO, solicitou também uma atualização em relação àquelas candidaturas. -----

----- Apresentou ainda uma possibilidade de candidatura ao PROMAR, em aberto até fim de julho, questionando o Executivo quanto à sua intenção de apresentar alguma candidatura. -----

----- **Juan Apolinário (PSD)** chamou a atenção para o estado de conservação da pista pedonal, nomeadamente quanto às pontes na Lagoa. -----

----- O **Presidente da Câmara** começou por responder a Juan Apolinário, garantindo ter conhecimento da situação. -----

----- Em resposta a Paulo Grego, em relação ao Campo de Tiro, esclareceu que tinha sido comunicado no dia 24 de junho, a aprovação da candidatura com um montante total elegível de cerca de 1.100.000,00€ com uma comparticipação de 85% do FEDER. Mais lembrou que o Campo de Tiro de Mira já tinha sido reconhecido pelo Governo como Centro de Alto Rendimento, o único do país. -----

----- Quanto ao SAMA, esclareceu que o projeto apresentado pelo Executivo tinha sido aprovado com um montante elegível de cerca de 447.000€ -----

----- Quanto à questão da AD ELO, informou já terem sido aprovadas as candidaturas: da Associação de Idosos Mirense, no valor de cerca de 90.000,00€, da Cercimira, no valor de cerca de 37.000,00€, da Associação de Solidariedade Social do Seixo de Mira,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no valor de cerca de 33.000,00€, da Banda Filarmónica de Mira, no valor de cerca de 77.000,00€-----

----- Quanto à questão do PROMAR, clarificou que estaria prevista a apresentação das candidaturas relativamente ao Museu do Mar e da Arte, na Praia de Mira e de instalações desportivas nos campos de futebol.-----

----- Prosseguiu, abraçando o entusiasmo de João Luís Pinho e referindo ter acompanhado o percurso e a dinâmica do grupo e reconhecendo a importância da sua perpetuação e o valor cultural da mesma. -----

----- Quanto às estradas que estavam em mau estado, informou que tinha vindo a ser feito um esforço no sentido de melhorar algumas situações, considerando que, de uma forma geral, as estradas do concelho estavam em bom estado, fruto de intervenções recentes. -----

----- O **Vereador Miguel Grego**, em resposta a Gabriel Pinho, esclareceu que as obras na Escola estavam previstas para a primeira quinzena de julho, estando prontas no início de setembro.-----

----- Quanto à questão das 3 bandeiras, concordou que estivessem as bandeiras das Juntas de Freguesia do concelho.-----

----- Em resposta a Pedro Nunes, clarificou que a cerimónia da Bandeira Azul tinha sido marcada pela CCDR.-----

----- Prosseguindo, respondeu ainda a José Balugas, em relação ao caso da Videira Norte, considerando inválida a referida proposta, dado que aceitá-la seria reconhecer



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que os terrenos eram posse da Comissão de Baldios. Continuou recusando ter havido dilação de prazos ou falta de resposta por parte da Câmara. -----

----- A sessão foi interrompida por volta das 18h00, tendo sido retomada pelas 18h40, com ausência de Paulo Grego. -----

----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”**-----

----- **PONTO UM: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;**-----

----- O **Presidente da Câmara** começou por referir a listagem de atividades constante do relatório, a qual optou por não analisar. -----

----- Quanto à situação financeira da Autarquia, realçou que o endividamento líquido, em 3 meses, tinha baixado mais de 1.000.000,00€ (página 25), os pagamentos em atraso, em 14 meses, tinham baixado de 3.000.000,00€ para 125.000,00€ (página 26). ---

----- **José Garrucho (MAR)** começou por lamentar que no período antes da ordem do dia não tivesse sido esclarecido quanto ao desenvolvimento das obras do Bloco B da Escola Básica de Mira, solicitando atualização da situação. -----

----- Continuou, solicitando mais informações quanto: às obras desenvolvidas e planeadas para o concelho, nomeadamente na pista ciclopedonal, nas escolas e outros equipamentos; às prioridades na execução das obras planeadas; aos ajustes diretos, nomeadamente quanto ao valor de cada um e às entidades a quem foram concedidos. ----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Lembrou ainda a falta de informação quanto às opções políticas do Executivo, sugerindo também a existência de dados relativos a períodos análogos anteriores, que permitisse a compreensão da evolução desses projetos. -----

----- Continuou, referindo que a taxa de execução relativa à despesa de capital, ou seja, os investimentos, cifrava os 12,87%. Desta forma acrescentou que seria importante averiguar como é que a manutenção dos equipamentos do concelho estaria a ser feita.

----- Subscreeveu o desafio deixado por João Luís Pinho, reportando-se à riqueza cultural do concelho. -----

----- **José Frade (PSD)** solicitou esclarecimentos quanto às questões jurídicas, não estando no relatório informação nesse sentido, bem como em relação ao contrato feito com a limpeza da Praia, no que respeita ao montante consignado para as obras em curso. -----

----- **Carlos Nora (PS)** começou por se congratular com o Executivo, pela política adotada em relação: aos pagamentos em atraso, tendo-se registado uma redução de 2.900.000,00€ às dívidas de curto prazo, onde se tinha registado um decréscimo de 1.235.000,00€ e às dívidas a longo prazo, que tinham diminuído cerca de 800.000,00€-

----- **Juan Apolinário (PSD)** mencionou que o relatório tinha vindo a ser melhorado, no entanto referiu haver uma lacuna em relação a linhas estratégicas, projetos e obras em curso. Quanto à situação financeira da Autarquia mencionou o equilíbrio financeiro, que atribuiu ao desbloquear de algumas verbas por parte do atual Governo e os resultados obtidos, à Lei dos Compromissos. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Relembrou ainda os processos judiciais com as empresas “Júlio Lopes” e “Vítor M. C. Antunes”, envolvendo o montante de 570.000€ que importava salvaguardar, caso o processo não viesse a ser favorável à Câmara.-----

----- Terminou alertando para algumas obras feitas na Avenida Arrais Batista Cera, na Praia de Mira, lamentando o estado de degradação da viela até ao restaurante Lila. -----

----- **José Balugas (MAR)** felicitou o Executivo pelo apoio prestado ao Clube Náutico na candidatura ao PROMAR. -----

----- Alertou para a limpeza e desinfeção dos contentores e para as infestantes florestais junto às casas.-----

----- Terminou lembrando a necessidade de intervenção no antigo mercado da Praia de Mira. -----

----- O **Presidente da Câmara** começou por responder a Carlos Nora, agradecendo as felicitações e a análise apresentada. -----

----- Quanto à questão do campo de tiro, discordou de Juan Apolinário, qualificando a atuação do atual Governo como prejudicial para o país e, em particular, para o concelho de Mira, nomeando alguns casos concretos em que isso estaria a acontecer. -----

----- Quanto à questão de José Frade, relativa à regularização das areias nas Praias de Mira e Poço da Cruz, esclareceu que a mesma tinha sido adjudicada à empresa “João Manuel Laranjeiro Santos”, por 11.995€ acrescido de IVA. -----

----- O **Vereador Miguel Grego** começou por referir que a taxa de execução total se situava em 25,20% e que a taxa de execução mencionada por José Garrucho era apenas



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a taxa de despesa de capital, o que implicava que não tivesse havido despesa daquele tipo. -----

----- Em relação à movimentação de areias, esclareceu que os valores apresentados se referiam ao volume de trabalho, e que já estaria executado. -----

----- Quanto à questão de José Balugas relativamente às infestantes, explicou que, tratando-se de terrenos privados, a missão da Câmara seria apenas fiscalizadora. -----

----- No que respeita à intervenção de Juan Apolinário, clarificou que a Câmara ainda não tinha recebido verba alguma relativamente ao Campo de Tiro, encontrando-se a aguardar a assinatura do contrato, pese embora já houvesse uma deliberação de aprovação do processo. -----

----- Mencionou ainda o empenho e interesse do Gabinete do Instituto do Desporto e explicou a importância da declaração do Campo de Tiro como Centro de Alto Rendimento Desportivo, feita pelo atual Governo. -----

----- Mais esclareceu que um centro de alto rendimento desportivo tinha uma gestão partilhada entre o Governo, a Federação e a Câmara, com uma área de marketing, seguida pela Câmara, e as componente de manutenção diária, médica e de alojamento, cedidas pela própria Federação e pelo Estado. -----

----- Continuou lembrando os processos judiciais com as empresas “Júlio Lopes” e “Vitor M. C. Antunes” que, tal como o Campo de Tiro, implicava ter tesouraria própria ou ter que pagar juros por não pagar ao empreiteiro, uma vez que ainda não tinha havido transferência de verbas. O montante total elegível era de 1.124.613, 20€, sendo a





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comparticipação através do FEDER de 955.921,33€, valor que estaria em falta nos cofres da autarquia.-----

----- Quanto à questão das obras na Avenida Arrais Batista Cera, na Praia de Mira, manifestou o seu agrado em relação ao projeto, que no entanto apesar de ter tido uma candidatura feita ao PROMAR, foi considerado não elegível. Em relação aos trabalhos efetuados naquele espaço, explicou que tinham sido feitos em espaço público, cumprindo o que era regra de licenciamento, no sentido de permitir o acesso a viaturas de emergência.-----

----- **José Garrucho (MAR)** manifestou a sua perplexidade relativamente à falta de resposta em relação às obras no Bloco B da Escola Básica de Mira.-----

----- O **Vereador Miguel Grego** respondeu a José Garrucho, referindo a existência de um projeto sujeito à Direção Geral de Equipamentos Escolares, ao qual ainda não tinha sido dada resposta. Mais esclareceu que depois da aprovação o concurso poderia ser lançado, o que, mesmo com caráter de urgência, demoraria cerca de 6 semanas.-----

----- **PONTO DOIS: Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à aprovação da segunda alteração ao Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Venda ao Público e de Prestação de Serviços – art.º 53.º n.º 2, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação.**-----

----- O **Presidente da Câmara** começou por dizer que a alteração proposta tinha sido aprovada e deliberada por unanimidade a 03 de maio, em reunião de Câmara. Mais



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

explicou que o documento tinha sido submetido, em dois momentos, à apreciação pública tendo sido apresentadas duas participações que, após análise foram introduzidas no regulamento, novamente submetido a apreciação pública, sem qualquer proposta adicional. -----

----- **José Garrucho (MAR)** afirmou não ver motivo para não votar favoravelmente a proposta.-----

----- **José Frade (PSD)** sugeriu que no futuro as alterações a um documento fossem destacadas a negrito, para mais fácil identificação e leitura. -----

----- O **Presidente da Mesa da Assembleia** colocou o ponto dois à votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**, passando ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

----- O **Presidente da Câmara** ausentou-se da reunião. -----

----- **PONTO TRÊS: Autorização, nos termos do n.º 3, do art.º 66.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, para prosseguir procedimentos concursais de recrutamento excecional de trabalhadores iniciados em 2012.** -----

----- O **Vereador Miguel Grego** explicou que o assunto tinha sido aprovado por unanimidade e tinha vindo no seguimento de uma autorização da Câmara de 8 de novembro e, posteriormente, da Assembleia Municipal de 19 de novembro. Continuou, referindo que os concursos tinham sido publicados em 6 e 7 de dezembro, em Diário da República, e, dando cumprimento à Lei 12-A/2008, tinha sido comunicado ao Ministro de Estado e das Finanças os procedimentos concursais, tendo os mesmos sido aprovados



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e autorizados, encontrando-se na fase final das aplicação dos métodos de seleção e estando a decorrer há cerca de 6 meses. -----

----- Terminou a sua intervenção reportando-se ao disposto no art.º 46.º n.º 3, do Orçamento de Estado de 2012 e no art.º 66.º, n.º 3 do Orçamento de Estado de 2013, com a nova redação da Lei 12-A/2008, no seu art.º 9.º, uma vez que os concursos estavam na sua fase final, mas como tinham cerca de 6 meses, considerou ser mais cauteloso solicitar aquela autorização para prosseguir. -----

----- **José Garrucho (MAR)** não viu motivo para não votar favoravelmente a proposta.

----- **Juan Apolinário (PSD)** solicitou esclarecimentos quanto à data prevista para o termo do processo. -----

----- O **Vereador Miguel Grego** esclareceu que ainda teria que ser feita a avaliação psicológica e que cada um dos procedimentos seguia ritmos diferentes, estando tudo bem explícito e devidamente publicado no site da Câmara Municipal. -----

----- O **Presidente da Mesa da Assembleia** passou à votação do ponto em análise, tendo sido **aprovada por maioria**, com duas abstenções do MAR, tendo passado ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO QUATRO: Autorização, nos termos do art.º 59.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, para manutenção de contratos a termo resolutivo.** -----

----- O **Vereador Miguel Grego** lembrou que o ponto em discussão tinha sido aprovado por unanimidade pelo Executivo e o que se pretendia, ao abrigo da lei, seria avançar para uma situação excecional de manter 5 sapadores.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **José Garrucho (MAR)** não viu motivo para não votar favoravelmente a proposta.

Lembrou ainda o necessário trabalho de limpeza de infestantes em redor das populações por iniciativa do Executivo e não apenas após a chamada de atenção de alguns munícipes, sendo aquele um dever pedagógico, de alerta, por parte da Câmara. -----

----- **José Frade (PSD)** não viu motivo para não votar favoravelmente a proposta, comentando, no entanto, uma alegada preferência em relação a algumas pessoas, não especificando.-----

----- **Vereador Miguel Grego** lembrou que aquele era o único contrato a termo resolutivo incerto, uma vez que não podia ser indeterminado, dado ser um contrato através do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) ao Fundo Florestal Permanente, obrigando a que o concurso fosse sempre incerto em função do contrato, Salientou o trabalho desenvolvido pela equipa dos Sapadores Florestais, lembrando a união, a disponibilidade e a formação específica dos seus elementos, rejeitando com veemência o comentário de José Frade. -----

----- **José Frade (PSD)** retorquiu afirmando existirem diferentes tratamentos em áreas próximas, em que umas pessoas podiam plantar eucaliptos e outras não, onde uns só podiam plantar pinheiros e outros podiam plantar outras espécies, referindo-se aos sapadores e afins.-----

----- O **Vereador Miguel Grego** replicou que os sapadores não se manifestavam em relação aos assuntos referidos por José Frade. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **José Frade (PSD)** argumentou ter conhecimento que alguns sapadores fariam recomendações, mesmo fora do seu âmbito de competências. -----

----- O **Vereador Miguel Grego** acrescentou que existiam 7 pessoas na posição de contrato a termo, das quais 5 eram sapadores, cujos contratos se pretendia que fossem renovados. -----

----- O **Presidente da Mesa da Assembleia** passou à votação do ponto em análise, tendo sido **aprovado por unanimidade**, com duas abstenções do MAR, passando ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO CINCO: Discussão e votação da proposta de fixação, nos termos do disposto no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e Lei das Finanças Locais, da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Participação em IRS, para o ano de 2014.** -----

----- O **Vereador Miguel Grego**, explicou que os valores relativos aos prédios rústicos se mantinham, por imposição legal, enquanto os urbanos iriam descer para as taxas mínimas, uma vez que a receita adicional, em relação a 2011, não podia ser utilizada para investimento, mas antes para pagamento de dívida de curto prazo ou para compra de dívida pública. Uma vez que os pagamentos em atraso andavam na ordem dos 125.000€ e se esperava receber do campo de tiro 900.000€, a Autarquia ficaria sem dívida de curto prazo. -----

----- Por outro lado a cláusula de salvaguarda estava no segundo ano, ou seja, passaria de 75 para o dobro, as pessoas teriam que pagar mais. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Mais esclareceu que havia ainda um conjunto de pessoas que não iriam conseguir pagar por estarem em situação de desemprego.-----

----- Terminou explicando que o IMI iria manter-se nos níveis de 2011, isto é, não seria preciso usar o remanescente para pagar dívida.-----

----- Com aquelas propostas mantinha-se a capacidade do Município em arrecadar receita na ordem de 1.200.000€ para investimento, e o remanescente que viesse a ser cobrado, por via das taxas serem mais altas, tinha que ser para comprar dívida pública, ou ficar no bolso dos munícipes, que foi a opção tomada.-----

----- **José Garrucho (MAR)** solicitou esclarecimentos em relação ao valor mínimo definido para os prédios urbanos, uma vez que, de acordo com informação que tinha, o mínimo permitido por lei seria 0,4 e não 0,5. -----

----- Quanto ao CIMI, aprovou a posição adotada pela Câmara Municipal, com a fixação do valor mínimo. -----

----- **Juan Apolinário (PSD)** comentou a intervenção do Vereador Miguel Grego, referindo que a posição apresentada, em nome do Executivo, tinha sido a mesma defendida na reunião da Assembleia Municipal de setembro de 2012 pelas bancadas do PSD e do MAR. Lamentou o hiato de tempo entre a referida reunião e a presente proposta, tendo sido utilizados os argumentos apresentados anteriormente, à exceção da dívida pública. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Carlos Nora (PS)** anuiu com o Executivo em baixar as taxas do IMI e do IRS, em não aplicar a derrama e não querer beneficiar do direito municipal de passagem para 2014. -----

----- Quanto à intervenção anterior, referiu que as condições não eram as mesmas, uma vez que, naquele momento, a clausula de salvaguarda iria passar de 75 para 150, sendo aquelas as condições que permitiam que o Executivo também pudesse fazer aquela redução do IMI. Concluiu referindo que, no momento de crise em que se vivia, era importante contribuir para aliviar os impostos dos munícipes. -----

----- **José Frade (PSD)** chamou a atenção de Carlos Nora para a questão do pagamento por parte do Governo de compromissos assumidos, baixando a dívida de curto prazo, sendo possível proceder às alterações que eram naquele momento apresentadas. -----

----- **Carlos Nora (PS)** frisou que, apesar de haver uma redução no IMI, havia garantia de que a receita do Município não descia. -----

----- **João Luís Pinho (PS)** corroborou a proposta e garantiu apoiar propostas que visassem melhoria das condições económicas e financeiras dos munícipes. Felicitou os membros das bancadas do PSD e MAR, pela proposta referida, sublinhando a medida proposta pelo Executivo. -----

----- **Vereador Miguel Grego** esclareceu que não era possível baixar impostos e, em simultâneo, apresentar muitas obras feitas, pagando aos credores e não exigindo que o Governo pagasse o que devia. Acrescentou que Mira era um dos municípios com valores mais baixos a nível do abastecimento de água e de taxas de resíduos sólidos, -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

portanto impostos indiretos, sendo o IMI também dos mais baixos. Mais esclareceu que havia mais 60% do número de prédios avaliados de acordo com o CIMI, portanto, se aquela medida tivesse sido tomada no ano anterior, teria menos 60% de impacto.-----

----- Concluiu acrescentando que algumas medidas só podiam ser aplicadas numa determinada conjectura, não fazendo sentido noutras. -----

----- **Juan Apolinário (PSD)** insistiu que se a medida tivesse sido aprovada em 2012, não teria impacto negativo nas finanças do Município de 2013.-----

----- O **Presidente da Mesa da Assembleia** passou à votação do ponto em análise, tendo sido **aprovado por unanimidade**.-----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (nos termos do n.º 6, art.º 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro).**

----- Esteve presente o Munícipe Sr. João Milheiro, residente na Praia de Mira, que sugeriu que num próximo mandato o público pudesse ser ouvido no início das reuniões, ao invés do que acontecia naquele momento. -----

----- Continuou comentando a intervenção do Vereador Miguel Grego, em relação ao Bairro da Valeira, acrescentando que o próprio vereador tinha dito que, por se tratar de uma zona muito central, a Câmara avançaria com as obras. Nesse sentido recordou que, em 2008, no Orçamento e Opções do Plano constava uma verba de 90.000€ para requalificação daquele bairro, voltando posteriormente num outro documento semelhante a estar inscrita uma verba de 50.000€ para a requalificação do mesmo





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

espaço. Apesar de ter havido uma redução na verba que se pretendia investir, o projeto não avançou. -----

----- Mais referiu ter entregue nos serviços da Câmara Municipal uma petição dirigida ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, apresentada em 11 de novembro de 2008, várias vezes lembrada pelo Membro da Assembleia Juan Apolinário, nunca tendo sido atendido. Mais referiu tratar-se de uma questão de sinalização na Rua Raul Brandão, que ainda estaria por resolver. -----

----- Lembrou ainda que tinha apresentado um requerimento solicitando esclarecimentos relativamente ao uso dado à viatura afeta ao Sr. Presidente da Câmara, propriedade municipal. No requerimento era questionada a data da ida do veículo à inspeção e o número de quilómetros registados naquele momento. -----

----- Continuou mencionando que tinha apresentado uma queixa à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, tendo sido informado que o requerimento deveria ser respondido, ao que o advogado do Município respondeu que não lhe seria prestado aquele esclarecimento. Face ao exposto solicitou à Assembleia Municipal, enquanto órgão fiscalizador do Executivo, que tomasse uma posição relativamente ao assunto. ----

----- Terminou lamentando que o parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos não fosse vinculativo. -----

----- O **Presidente da Mesa da Assembleia** respondeu que o carro afeto ao Presidente da Câmara era um veículo de função, logo, uma vez que o Presidente da Câmara estava



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

permanentemente em funções, poderia usá-lo sempre. Mais acrescentou que poderia até ser usado tendo um motorista ao seu serviço, o que não acontecia. -----

----- O munícipe **João Milheiro** acrescentou que a viatura apesar de estar ao serviço e ser uma viatura de função, o que não contestava, deveria ser utilizada com parcimónia.--

----- **José Frade (PSD)** esclareceu que o pedido do munícipe se limitava a clarificar as idas do veículo à inspeção e os quilómetros da viatura.-----

----- Terminada a ordem de trabalhos da sessão, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação a aprovação da ata em minuta, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- **ENCERRAMENTO:** -----

----- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo vinte horas, da qual para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

---

(Fernando de Jesus Regateiro, *Prof. Doutor*)



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O 1.º Secretário,

---

(Calisto de Oliveira Coquim, *Eng.º*)

O 2.º Secretário,

---

(Sara Raquel dos Santos Fresco)